



**“Não precisas tirar a máscara” –  
Notas sobre a carta no jornal e o jornal na carta**

***“Do Not Need to Take Out the Mask” – Notes About the Letter  
in the Newspaper and the Newspaper in the Letter***

Viviane Cristina Oliveira

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, Tocantins / Brasil

vivianecristina@uft.edu.br

**Resumo:** Este artigo visa apresentar algumas reflexões sobre as relações entre a escrita epistolar, a ficção e o jornal instauradas em textos publicados por Aluísio Azevedo, Lúcio de Mendonça e Júlio Ribeiro em fins do século XIX no Brasil. A partir da leitura de suas obras *Mattos, Malta ou Matta?*, *O marido da adúltera* e *Cartas sertanejas*, respectivamente, busca-se tecer aproximações entre a carta e o jornal, de forma a destacar as confluências que marcam estes suportes de escrita cotidiana, bem como evidenciar certo diálogo instaurado por estes autores com os anônimos leitores das folhas diárias, diálogo que denota uma nova percepção política de seu tempo e um novo estilo literário, o naturalismo.

**Palavras-chave:** carta; jornal; ficção.

**Abstract:** This article aims to present reflections about the relations among epistolary writing, fiction and newspaper in the writings of Aluísio Azevedo, Lúcio de Mendonça and Júlio Ribeiro at the end of the 19th century in Brazil. Those reflections are based on the author’s pieces of writing *Mattos, Malta ou Matta?*, *O marido da adúltera* and *Cartas sertanejas*, respectively. We attempt to draw approximations between the letter and the newspaper so as to highlight the similarities of such daily life texts as well as to establish connections between these authors and their anonymous readers of daily news. Such connection evidences a new political perception at that time and a new literary style – naturalism.

**Keywords:** letter; newspaper; fiction.

## 1 Introdução

Querido desconhecido. – A tua carta é a primeira carta anônima que respondo, das muitíssimas que até hoje tenho recebido. E a razão disso está simplesmente no modo aseado por que me falas. Deitaste um pequenino dominó de sêda, mas não descalçastes as meias e não arregaçastes as mangas da camisa. Para dizer tudo – creio até que em ti percebi uma banda de luva amarrotada na mão esquerda. Entra, pois, assenta-te, toma um charuto, e conversemos. Não precisas tirar a máscara; pediste que não te procurasse reconhecer, e eu, apesar de minha curiosidade, estou resolvido a fazer-te a vontade. (AZEVEDO, 1954, p. 49).

Em junho de 1882, no número 127 do jornal *Gazetinha*, do Rio de Janeiro, Aluísio Azevedo publicou carta resposta a um leitor anônimo que lhe enviara algumas considerações críticas sobre o romance-folhetim *Memórias de um condenado*, cuja publicação ocupava o rodapé da folha diária desde janeiro daquele ano. Antes de dar ao público o final da narrativa, no número 128 do jornal, o autor convida esse leitor, reconhecido em seus gestos de cavalheiro que não arregaça mangas nem tira as luvas para entrar em um debate, para, na intimidade de um diálogo acompanhado por um charuto, comentar as fragilidades do texto. Valendo-se da carta enquanto espaço aberto a confidências, Aluísio agradece o interesse despertado por sua produção, partilhando uma ressalva sobre a mesma: “pesa-me confessar-te uma cousa: – Tu tomaste muito a sério essa obra. Que não nos ouçam os leitores do rodapé, mas impõe-me a franqueza declarar-te que as *Memórias*, enquanto não aparecem em volume, não merecerão desvelos de ninguém” (AZEVEDO, 1954, p. 50).

Apontando as falhas, sobretudo tipográficas que desapareceriam com uma revisão e edição mais acuradas, o autor comenta as notas de seu leitor, incluindo as expressões de estilo naturalista do texto a exemplo de “queimam como pus”, justificando os equívocos em razão da pressa na elaboração de um romance “au jour le jour, escrito para acudir as exigências de uma fôlha diária” (AZEVEDO, 1954, p. 50). Dias após a publicação do desfecho da narrativa, Aluísio Azevedo responde a nova

carta do leitor anônimo, cobrando-lhe comentários sobre a concepção artística de seu texto, uma vez que não encontrara a “nova porção de emendas que esperava” (AZEVEDO, 1882a, p. 1). Pelo que indica sua resposta, a questão central da missiva era um panorama geral da prosa no Brasil, a partir do que o autor ganha espaço para “algumas revelações especiaes: Actualmente, entre nós, um dos problemas mais diffíceis, que se pode apresentar a qualquer pessoa, é o seguinte: – escrever romances brasileiros”, o que se devia à “deficiência litterária do nosso público, que constitue a grande massa absorvente do romance-folhetim” (AZEVEDO, 1882a, p. 1).<sup>1</sup>

Tais considerações sobre as dificuldades do escritor brasileiro, dividido entre o “desejo de escrever conscienciosamente e o desejo de agradar ao leitor” (AZEVEDO, 1882a, p. 1), interessam não somente pela reflexão em torno da consolidação de um público leitor no Brasil e da conseqüente profissionalização do escritor, mas também pela possibilidade de nos fazer pensar sobre a importância de um gênero neste momento de difusão do romance-folhetim: o epistolar. Em muitas narrativas, especialmente as de Aluísio Azevedo, a carta tem função relevante no desenrolar dos acontecimentos e, em vários momentos, no lugar de manter a verossimilhança do enredo, faz justamente o contrário, quebra o sentido e a expectativa de leitura, revelando-nos mais do que deveríamos saber sobre a engenharia ficcional. É o que vemos na carta a esse leitor, carta publicada no jornal e que, fingindo ser somente para um ouvido – “Que não nos ouçam os leitores do rodapé” –, expõe a todos os problemas do texto e, mais, coloca a culpa dos mesmos nos leitores.

O autor nos insere em um jogo de máscaras e, se considerarmos a possibilidade de não ser seu interlocutor tão anônimo assim, flagramos a ficção num espaço que o leitor do rodapé poderia julgar de partilha de verdades, a correspondência. No cabeçalho das duas cartas mencionadas a inscrição do nome do destinatário, “A Giovani”, causa estranheza e nos leva a inferir que seria esse um nome ficcional dado ao correspondente ou, como aventou Décio Eduardo de Mello (2008), seria esse um pseudônimo de Machado de Assis, sob o qual o escritor enviara críticas em possível

---

<sup>1</sup> Os trechos do jornal *Gazetinha* foram aqui transcritos como se apresentam no original.

missiva particular ao colega de ofício. Hipótese colocada sob suspeita por Regina Zilberman (2017) que, reconstituindo algumas farpas que o jornal *Gazetinha* lançara sobre o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, nos conduz à possibilidade de ler tal correspondência, pontilhada de ironias, como uma invenção de Aluísio, inserida à maneira de apêndice do folhetim, a partir do qual poderia justificar algumas escolhas estéticas de seu texto. Real ou inventado o leitor que recebe resposta nas páginas do jornal, o que interessa notar é que, sem tirar a máscara, a sua e a do interlocutor, Aluísio Azevedo nos permite, considerando também alguns de seus contemporâneos, algumas interessantes reflexões sobre a carta, dentro e fora da ficção, em sua ligação estreita com o jornal em fins do século XIX.

Assim, tal como leitora que aceita o convite à conversa, neste texto ensaio algumas considerações sobre a carta e as possíveis leituras que podemos tecer sobre essa forma de escrita, tão popular no século XIX, quando publicada no jornal. Ao tratar das relações entre a escrita epistolar que sai do espaço privado, da intimidade, para alcançar o espaço público e cotidiano do noticiário, gostaria de pensar tanto sobre a carta no jornal como o jornal na carta, esta via de mão dupla em que o gênero epistolar tanto moldou a escrita, não somente ficcional, de muitas páginas jornalísticas, como incorporou alguns traços deste meio de publicação, ultrapassando os limites da confessionalidade e permitindo-nos perceber, dentro e fora dos folhetins, mensagens sobre uma nova literatura, não mais a romântica, que os autores transmitiam aos anônimos leitores. Serão caminho para as breves reflexões que se seguem as obras *O marido da adúltera*, de Lúcio de Mendonça, *Mattos, Malta ou Matta?*, de Aluísio Azevedo, e *Cartas sertanejas*, de Júlio Ribeiro, publicadas em jornais, em 1882 e 1885, por esses três autores ligados ao naturalismo, tendência estética que por eles foi discutida e propagada em muitos momentos a partir da abertura formal e temática que encontraram na carta enquanto espaço de criação e debate de ideias.

## 2 “Cartas de uma desconhecida” – A carta no jornal em *O marido da adúltera*, de Lúcio de Mendonça

Ao esboçar uma “breve história da carta” em seu estudo *O gênero epistolar ou o pensamento nômade*, Brigitte Diaz (2016, p. 11) destaca que, tomada como forma de comunicação, confissão, formação pessoal, ou mesmo laboratório para a criação ficcional, a carta permanece nos estudos literários como textos “híbridos e rebeldes” flutuando “entre categorias vagas: arquivos, documentos, testemunhos”. Constantemente entre o espaço privado e o espaço público, as cartas, afirma Diaz, encarnaram especialmente após o século XVIII, o “século das correspondências”, “uma nova liberdade de expressão” (DIAZ, 2016, p. 48-49). Da popularização dos escritos de Madame de Sévigné, no século XVII, ao uso da correspondência como meio de debates e trocas de ideias no século XVIII, as cartas tornaram-se cada vez mais um elemento de ilusão do real na ficção, atraindo a atenção de inúmeros leitores que, não raro, julgavam verdadeiro o jogo epistolar que obras como *A nova Heloísa* (1761), de Rousseau, *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), de Goethe, e as *Ligações perigosas* (1782), de Chordelos de Laclos, traziam à cena pública.

Assim, muitos “leitores da *Nova Heloísa* acreditavam e queriam crer na autenticidade das cartas. Mesmo o interlocutor sofisticado do segundo prefácio [...] confessa-se ‘atormentado’ pela necessidade de saber se Júlia existiu realmente” (DARNTON, 1996 *apud* VASCONCELLOS, 2008, p. 377); em uma rasura intensa da ficção pela realidade, alguns leitores do sofrimento amoroso de Werther, revelado em missivas a seu amigo, darão à vida o mesmo desfecho que o personagem encontrara em seu drama: o suicídio. Tampouco escapou das vinculações estreitas entre literatura e vida Chordelos de Laclos, acusado de imoral em razão das cartas sádicas e libertinas que têm lugar em suas *Ligações perigosas*. Era grande, como o demonstram tais exemplos, a popularidade das cartas no século XVIII, o que se estenderia no século XIX com a maior repercussão dada a este gênero pelos jornais. Como afirma Matildes Demétrio dos Santos, no século XIX, a “carta, com a expansão das idéias liberais e popularização da imprensa escrita, deixa o ambiente requintado dos salões e ganha repercussão de fato, aparecendo nos jornais, agindo como

arma de combate a serviço de causas humanitárias, políticas e literárias” (SANTOS, 1998, p. 49).

No Brasil, parece ter sido nesse momento, em fins do século XIX, que a narrativa epistolar ganha espaço, ainda que sem a intensidade do modelo europeu, rompendo o século XX com a popularidade de colunas como “Bilhetinho a Míriam” e “Cartas de mulher”, citadas por Brito Broca ao comentar a voga jornalística das cartas em *A vida literária no Brasil – 1900*. Para Flora Süssekind, a carta enquanto “gênero oscilante entre o segredo e a confissão, o público e o privado, o fato íntimo e a opinião pública” (SÜSSEKIND, 2003, p. 230) foi o meio adequado às discussões que movimentavam os jornais em torno das reformas urbanas e da ideia republicana. Nesse sentido, o texto epistolar, como meio propício à comunicação e à formação pessoal, em seu hibridismo e rebeldia, como afirma Diaz (2016), dará ao cidadão meios de se expressar, instruindo-se e instruindo aos demais. É assim que, em 1882, Lúcio de Mendonça, como colaborador do jornal *Colombo*, de Minas Gerais, folha aliada aos ideais republicanos, publica *O marido da adúltera*, romance-folhetim epistolar.

É com uma carta enviada ao jornal *Colombo* por uma mulher que deseja relatar a história de seu adultério, com o intuito de fazer da sua tragédia exemplo para evitar outras, que se inicia a publicação desse folhetim que encenará “nas páginas do semanário, o apagamento da divisão entre espaço público e foro íntimo, perceptível também no interior da sociedade brasileira em transformação” (SÜSSEKIND, 2003, p. 233). Enquanto espaço aberto à leitura e colaboração dos cidadãos, de diferentes estratos sociais, o jornal traz à cena a intimidade de uma desconhecida, demonstrando pela ficção a abertura para a inscrição em suas páginas das mais diferentes vidas, abarcando das mais simples às mais singulares notícias. A missivista, que escreve sob o pseudônimo de Laura de M., oferece ao jornal sua história pessoal contando com o interesse do redator, que é por ela referido como um dos conhecidos de seu falecido marido, redator que, sob o nome Lúcio de Mendonça, assina carta subsequente à dela aceitando dar continuidade à publicação.

O autor constrói, assim, um jogo de espelhos que tende a confundir ficção e realidade, atraindo o leitor, curioso da intimidade alheia, para um enredo que guarda nas margens das cartas ficcionais uma discussão

literária em prol da estética naturalista e uma discussão política que sinaliza a importância do jornal para o debate de ideias e a moralização da sociedade. O debate é encenado quando um leitor, que se identifica como um amigo de Luís Marcos, o esposo traído, passa também a enviar cartas ao jornal, com o intuito de trazer a verdade dos fatos, rebatendo o possível arrependimento da esposa adúltera. Enquanto Laura relata em 10 cartas, que estruturam os capítulos da narrativa, “o romance de minha vida” (MENDONÇA, 1974, p. 30), da infância ao casamento, que culminaria no suicídio de seu marido, o amigo deste assume a palavra em cartas entremeadas aos capítulos para trazer “As confidências do morto”, como se intitulam suas missivas, cujo tom polemista percebemos em suas primeiras linhas publicadas:

A desconhecida deixou de o ser para mim: há muito que, através do seu nome romântico, leio-lhe o nome verdadeiro como se o visse escrito com todas as letras. O digno rapaz a quem chamou Luís Marcos foi um dos meus mais queridos e dos mais velhos amigos: conheci-o da meninice, acompanhei-o na academia, fui quase dia por dia o confidente do mal-aventurado amor que o levou à desonra e à morte. Não é Laura que escreve as cartas que se têm publicado: deve ser alguém – um homem – que conhece toda a sua vida e que a domina como déspota. Digo que deve ser um homem porque não é de pena feminina aquele estilo embebido de realidade; o mais que digo vê-se pela desapiedada nudez em que se revelam os fatos vergonhosos dessa vida de mulher. Há mais de uma inexatidão no que Laura mandou escrever: as minhas cartas irão oportunamente restabelecendo a verdade. Não esperava usar nunca das confidências que ouvi a Luís Marcos; pensava que com a discrição dos mais interessados no silêncio ir-se-ia pouco e pouco delindo da memória das testemunhas, com o lento mas irresistível roçar dos anos, o caso miserando; mas a imprudência de Laura põe-me na obrigação de defender o nome que ela ainda se não fartou de aviltar. Pois sim! Exume-se o escândalo inteiro: não é a memória do meu amigo que mais há de sofrer com isso. (MENDONÇA, 1974, p. 35)

Instaurando a dúvida não somente sobre os fatos, mas sobre a autoria das cartas enviadas por Laura, cujo estilo seria mais masculino em virtude do desnudamento de ações reprováveis, o interlocutor que fala pelo amigo, incluindo em sua escrita cópias de cartas que este lhe enviara, confere ao texto a dinâmica própria do jornal, que anuncia, averigua e contesta fatos, abrindo margem ao debate e à polêmica, essenciais para afirmar a liberdade política de cidadãos (liberdade cara aos ideais republicanos), que têm neste veículo um meio para expressar e formar opiniões. Está assim ficcionalmente estabelecida uma correspondência pelo jornal, o qual tem papel fundamental não somente como suporte da escrita, mas como elemento que determina o desenrolar dos acontecimentos.

Laura de M., encarando a folha diária como um confessor, no dizer de Flora Süssekind, faz dele um meio que “permite uma confissão pública, uma purgação”, tornando “seu adultério um tema de discussão abstrato [...] público, mas tão público, que já não lhe pertença mais” (SÜSSEKIND, 2003, p. 233). Deseja ela assim que os leitores conheçam “o meu caso infeliz e verdadeiro, e reflitam que todo o mal me veio, a mim e aos que dele mais sofreram, de uma educação corruptora e falsa” (MENDONÇA, 1974, p. 11); intenção moralizante que é colocada sob desconfiança por seu interlocutor, que procura o jornal como meio para apresentar uma outra versão da história confessada e, nesse desejo, revela ter sido por esse meio de publicação que o amigo descobrira a traição da esposa. O caso de adultério, assim como toda carta que ao ser enviada e lida por outrem faz com que seu conteúdo deixe de ser secreto, já era público, uma vez que tantos eram os conhecidos de Luís que sabiam das indiscrições da esposa, que um deles faz do caso um folhetim. O marido traído, ou o “marido da adúltera” como indica o título do folhetim que lemos no *Colombo*, lê nas páginas de um outro folhetim a traição que o conduzirá ao suicídio, dada a impossibilidade de conviver com a falha moral daquela que acreditava ser um anjo.

É interessante notar que esse folhetim ficcional, intitulado “Ângela”, é mencionado por Luís, na carta que enviara ao amigo antes de seu suicídio, como “um feliz retrato de Laura, completo, minucioso, desenhado até um imperceptível defeito que ela tem no lábio inferior”,



uma narrativa detalhista, cujo autor “imita Zola como o vidro, nas jóias falsas, imita o brilhante” ao descortinar “um gineceu voluptuoso, em S. Lourenço, onde Ângela entregava-se a um estudante de medicina” (MENDONÇA, 1974, p. 71). A narrativa ao estilo naturalista revela a verdadeira conduta da esposa que veio de um lar corrompido, cuja irmã prostituía-se, o pai caíra no vício das jogatinas e a mãe a tudo encobria, família que o marido julgara não ter deixado lastro no caráter de Laura, mas que descobre ser um engano pela leitura do jornal. A ideia, contrária à romântica e adequada à nova estética naturalista, de que o meio determina o caráter prevalece em um enredo que, apesar de um desfecho próximo ao gosto romântico de muitos leitores, leva a estes a mensagem política e estética da qual participa seu autor, Lúcio de Mendonça.

Desse modo, valendo-se das múltiplas possibilidades da carta como meio de comunicação e de criação, o autor encena seus vários usos no folhetim, colocando em ação correspondentes que asseguram a verossimilhança do que narram ao inserir em suas missivas cópias de cartas que receberam, trechos de livros de lembranças, como o faz Laura para recuperar a inscrição do tédio da vida matrimonial que a conduziu ao adultério. Os muitos usos da carta (confissão, comunicação, denúncia) encenados na narrativa nos permitem igualmente perceber sua proximidade do jornal como meio que, como afirma Matildes Demétrio, nasceu sob sua influência e, assim como incorporou muito de seus procedimentos nas publicações diárias, também influenciou a percepção dessa enquanto instrumento de criação. É o que percebemos em outro folhetim, publicado por Aluísio Azevedo, em 1885, a partir de um caso noticiado pelos jornais, o caso Castro Malta que, na pena de Aluísio, se transforma em *Mattos, Malta ou Matta?*

### **3 “Ao nosso amável informante” – O jornal na carta em *Mattos, Malta ou Matta?*, de Aluísio Azevedo**

Em janeiro de 1885, a revista carioca *A Semana* iniciou a publicação do folhetim *Mattos, Malta ou Matta?*, cuja primeira página trazia a seguinte nota da redação:

De um cavalheiro cujo nome ocultamos, não só a seu pedido, como porque seria imprudente e talvez mesmo perigoso revelá-lo, recebemos uma importantíssima carta, a que damos publicidade porque o seu assunto se prende intimamente à gravíssima questão – Castro Malta. É possível, provável mesmo, que das obsequiosas informações desse cavalheiro resultem novos elementos de convicção que auxiliem o desfecho dessa questão, concorrendo para descobrir esse tenebroso mistério, que tanto se empenha a Policia em ocultar. Ao nosso amável informante pedimos desculpa de havermos publicado integralmente a sua carta e que nos remeta sem detença quaisquer informações novas, que porventura venha a colher. (AZEVEDO, [19--], p. 1).

A carta que se segue a essa explicação da redação da revista, assim como as demais, trata da inesperada vinculação entre a suspeita de estar a esposa do missivista traindo-o com um certo João Alves de Castro Matta e o desaparecimento, ou morte, de João Alves de Castro Malta, cuja história ficara conhecida nos jornais. Apresentando-se ao redator de *A Semana* como um funcionário público, ordeiro e responsável, o escritor das cartas passa a narrar os fatos que o levaram à suspeita da traição da mulher, o que se iniciara com uma notícia de jornal, que ela escondera, sobre um tal Castro Malta e a subsequente fuga da mesma, após a desconfiança do marido. Este localiza o esconderijo e, ao invés de encontrar o casal de amantes, encontra um cartão com a inscrição “Castro Matta”. Estabelecida a semelhança entre os nomes, o do cartão e o que os jornais divulgavam, o marido traído se torna um informante da revista, relatando ao periódico suas descobertas em torno desse mistério, que ele julga esclarecer provando que os dois nomes correspondem à mesma pessoa.

A partir daí, o que lemos são os mais estranhos fatos, ocorridos na busca pela esposa perdida e pela identidade do amante, sobre o qual esse esposo tornado detetive apurou tratar-se de um homem na casa dos 30 anos, “magro, cabelo preto, barba à inglesa” (AZEVEDO, [19--], p. 13), cuja profissão era motivo de controvérsias, sendo para alguns um vagabundo, para outros um “encadernador, e constou-me que empregado em uma das melhores livrarias da Corte” (AZEVEDO, [19--], p. 15),

controvérsia estendida ao nome, para uns Matta, para outros Malta ou ainda Mattos. Tal busca incessante culmina no aparecimento de dois Castro Malta ou Matta ou Mattos, um que morrera na Casa de Misericórdia e outro que estivera preso. Na prisão, os guardas confundiam os dois homens, assim como na Casa de Misericórdia e no Cemitério, onde um Castro Malta ressuscita da morte, diante de nosso narrador, enquanto o outro, chegando no mesmo momento, morre de susto. A história se torna de tal forma labiríntica e absurda, que os leitores, colocados também na posição de detetives, não podem senão duvidar dos acontecimentos relatados, o que, após outras peripécias, torna-se pertinente, uma vez que Quintino, diretor do jornal *O País*, surge na narrativa para esclarecer que o cavalheiro que escreve as cartas é, na verdade, um romancista.

O jornalista em busca do esclarecimento de um fato sério reprovará no falso esposo a intenção de “fazer um romance, um romance para A Semana e, na falta de melhor assunto, agarrou o meu! [...] O senhor entendeu fazer um romance de uma questão séria, que levantei pelo Paiz e começou a escrever cartas disparatadas e tolas para A Semana” (AZEVEDO, [19--], p. 42). Diante da revelação e da presença de outros jornalistas e homens de Letras, “Valentim, o Filinto de Almeida, o Alfredo de Souza, o Luiz Murat, o Urbano Duarte, o Arthur Azevedo, o Alberto de Oliveira, o Raimundo Corrêa, o Dermeval da Fonseca e muitos outros rapazes conhecidos, não tive remédio senão confessar tudo e abaixar a cabeça” (AZEVEDO, [19--], p. 43). Assumindo-se romancista, o autor das cartas e romance “ao correr da pena”, como passa a abrir o texto após a nona carta, dirá que não desejara fazer um romance, ou tratado, ou texto científico, mas oferecer “um prêmio para os assinantes da A Semana” (AZEVEDO, [19--], p. 44).

Partindo igualmente do tema do adultério, o que fez alguns leitores associarem essa narrativa à de Lúcio de Mendonça,<sup>2</sup> Aluísio Azevedo vale-se do gênero epistolar, em sua relação com o jornal, de

---

<sup>2</sup> Júlio Castañon Guimarães, em *Contrapontos: notas sobre correspondência no modernismo* (2004), observa que Alexandre Eulálio em estudo sobre *Mattos, Malta ou Matta?* indica que Valentim Magalhães teria levantado a possibilidade de ser esse folhetim um aproveitamento em forma de paródia do tema na narrativa epistolar de Lúcio de Mendonça.

maneira diversa da empregada pelo autor de *O marido da adúltera*. Enquanto esse texto explora, como ponto de partida, a carta como meio de confissão, de compartilhamento da intimidade que, pelo jornal, atingiria não somente um leitor, mas vários, o que dá ensejo ao surgimento de um outro correspondente que instaura o debate, a novela de Aluísio Azevedo rasura a intimidade da carta para trazer à superfície a feição do informante, aquele que, adequando-se ao papel jornalístico do investigador que almeja desvendar crimes e relatar fatos, faz da escrita epistolar uma notícia. Não se trata mais de uma correspondência, mas de uma série de fatos e detalhes relatados na tentativa de esclarecer um mistério que, veiculado pelo jornal, atinge o leitor que reconhece na publicação diária algo que o afeta particularmente, levando-o a participar da construção da notícia.

É interessante notar que os textos dos dois autores nos permitem perceber as íntimas relações da escrita epistolar com o jornal. Em seu já mencionado estudo, Matildes Demétrio dos Santos destaca tais relações afirmando que, se já podíamos associar a carta a uma espécie de crônica cotidiana como o fazia Madame de Sévigné, os jornais se valerão dessa potencialidade da escrita epistolar, angariando colaboradores e leitores:

[...] a carta sempre foi uma forma atraente de comunicação, servindo a finalidades públicas e privadas. Quando o jornal nasceu, entre os séculos XVII e XVIII, foi no “modelo” epistolar que encontrou inspiração para apresentar as primeiras manchetes. No século XIX, ainda era bastante comum as notícias serem enquadradas sob a forma de cartas dirigidas aos leitores. (SANTOS, 1998, p. 49)

Etimologicamente, a palavra *jornal* indica a relação com a escrita pública e a escrita íntima. Em verbete, o *Dicionário Houaiss* indica *jornal*, do latim *diurnalis*, como referente ao dia, relacionando-se à “publicação diária, com notícias sobre o cenário político internacional [...] gazeta, periódico”, bem como ao “escrito em que é feito um relato cotidiano dos acontecimentos, diário” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1135), esse último significado indicando um dos usos que a palavra *journal* tem em francês (diário enquanto caderno de anotações e confissões pessoais). No jornal *O País*, mencionado na narrativa de

Aluísio Azevedo, é possível perceber a intensa presença do gênero epistolar na composição das notícias, apresentadas em colunas como a intitulada “Telegrammas” e, mesmo fora dessa coluna, encontramos com frequência notícias anunciadas como “recebemos o telegramma”, “do nosso correspondente recebemos a seguinte carta”. Além de explicitada como meio de comunicação entre colaboradores, os quais não raro conferem um tom irônico às informações,<sup>3</sup> a carta não deixa de manter no jornal sua relação com o segredo e o privado, não somente pelas vias ficcionais, uma vez que há no noticiário, inclusive, denúncia de extravios de correspondências e pedidos de punição para tal violação, como na seguinte notícia reproduzida em *O País*:

De Guaratinguetá escreveram ao *Correio Paulistano* de hontem: “Duas cartas que o Sr. Dr. Rodrigo Alves dirigiu desta cidade para o Bananal, em meados deste mez, ao Sr. Dr. Almeida Nogueira, foram subtraídas sem terem chegado ao seu destino, achando-se em poder de um dos chefes liberaes desta cidade, que as tem mostrado a varias pessoas. O Sr Dr. R. Alves levou o facto ao conhecimento do senhor administrador geral, aguardando providencias para a descoberta e punição do autor da infame subtracção” (O PAÍS, ano I, n. 58, 27 nov. 1884, p. 1).<sup>4</sup>

A ficção presente no jornal em folhetins, cujo sucesso auxiliou os jornais a atraírem cada vez mais leitores, como o destaca Marlyse Meyer (1996) em seu estudo sobre o romance-folhetim, valeu-se dessa presença constante de cartas no texto jornalístico. Aluísio Azevedo usou com recorrência esse recurso, sendo, por exemplo, a partir de uma carta e um manuscrito ficcionalmente entregues por uma senhora a ele, na

<sup>3</sup> Nesse sentido é interessante a seguinte notícia: “Uma carta de S. Simão ao *Diário Mercantil* de S. Paulo, assignala o progresso da localidade deste modo: ‘É visível o progresso de S. Simão. Fechou-se o único collegio que aqui havia, retirando-se o seu director, o Sr. Alvares de Azevedo, com sua família para a côrte. Os dous órgãos locaes o *Simonense* e o *Bagageiro* acabam de esticar a canella [...] Retira-se desta cidade o dentista Rodolpho Gaston’” (O PAÍS, ano I, n. 58, 27 nov. 1884, p. 1).

<sup>4</sup> As edições do jornal *O País* citadas neste trabalho estão disponíveis no mesmo endereço eletrônico mencionado na referência.

sede do jornal *Gazetinha*, que tem início a narrativa de *Memórias de um condenado*, cujo enredo traz a história de um prisioneiro, acusado de crime passional, que lera o romance *O mulato* e acreditara no senso de justiça do autor, que saberia melhorar e publicar as suas memórias de condenado. Também em contos o autor explora as possibilidades da correspondência, ora como forma de aconselhar ou confundir jovens escritores, como em “O macaco azul”, ora como forma de alcançar um objetivo amoroso, como em “O madeireiro”. Mas, como percebemos nas cartas “A Giovani”, mencionadas inicialmente, Aluísio não somente se valerá do recurso epistolar para produzir narrativas ao gosto do público, como fará do mesmo um instrumento para discutir e divulgar sua produção, transmitir a importância da nova estética naturalista e enviar ao leitor pistas de que o que escreve no jornal não deve ser levado tão a sério, a não ser para refletir sobre as possibilidades de produção do novo romance moderno, como diz ao leitor do folhetim *Mistério da Tijuca*, igualmente publicado em 1882, cujo capítulo LXI traz a seguinte mensagem:

Leitor! parece que vás pouco a pouco adormecendo com o descaminho que damos ao filamento primordial deste romance. [...] Espera, tem paciência, lembra! [...] se te sentes aborrecido, [...] falla-nos com franqueza em uma carta, em uma declaração de qualquer especie que nós tomaremos a heroica resolução de apressarmos o passo e quanto antes te lançaremos ao nariz o desfecho da obra. [...] diremos logo com franqueza que todo nosso fim é encaminhar o leitor para o verdadeiro romance moderno [...] É preciso ir dando a cousa em pequenas doses [...] Um pouco de enredo de vez em quando, uma ou outra situação dramatica [...] mas sem nunca esquecer o verdadeiro ponto de partida – a observação e o respeito á verdade. Depois, as doses de romantismo irão gradualmente diminuindo, enquanto as de naturalismo irão se desenvolvendo; até que, um bello dia, sem que o leitor o sinta, esteja completamente habituado ao romance de pura observação e estudo de caracteres. (AZEVEDO, 1882b, p. 171-172).

Assim, rasurando o enredo, quebrando a verossimilhança, Aluísio pode estar em *Mattos, Malta ou Matta?* ironizando a possibilidade de, por meio da carta, sustentar uma narrativa sentimental, pautada na intimidade

tão cara à sensibilidade romântica, da qual o leitor deveria se desvencilhar. Na pena de Aluísio Azevedo, o recurso epistolar não raro deixa de trabalhar a favor de uma ilusão de veracidade da narrativa e, assim, o leitor é levado à desconfiança e ao rompimento de determinados pactos de leitura. Nesse sentido, a desconfiança em relação a tudo que é relatado pelo marido que se julga traído em *Mattos, Malta ou Matta?* ganha tamanho lugar que o leitor, deixando de levar a sério o texto, aprende a desconfiar da carta enquanto meio que poderia conter alguma verdade.

Nesse folhetim, mais do que tornar público um fato íntimo, a traição da esposa, o que o missivista que se corresponde com a redação de *A Semana* faz é assumir na carta o caráter investigativo e jornalístico, sempre em aberto, da escrita cotidiana, revelando também muito do insólito que permeava as páginas de jornais como *O País*, citado na narrativa a partir da atuação de Quintino, referência a Quintino Bocaiúva, de fato diretor dessa folha que, como outras, noticiava desde novembro de 1884 o mistério envolvendo um homem chamado Castro Malta. Preso como desordeiro pela guarda municipal do Rio de Janeiro, João Alves de Castro Malta torna-se “um caso estranho e misterioso” (*O PAÍS*, ano I, n. 58, 27 nov. 1884, p. 1) quando poucos dias depois da prisão foi noticiado o sepultamento de João Alves de Castro Mattos, no cemitério São Francisco Xavier.

A imprensa, devido à semelhança dos nomes, passou a considerar que o caso se tratava de um crime, não do acusado, mas da polícia que, usando de força no ato de encarceramento, provocara a morte de um rapaz que, para alguns, não se tratava de um vagabundo desordeiro, mas de um digno trabalhador, empregado de uma tipografia. A questão ocupava especialmente *O País* que, no dia 28 de novembro, ao publicar texto agradecendo ao chefe de polícia por atender ao pedido de exumação do corpo para averiguação da identidade do mesmo, indica a importância de tratar seriamente tal assunto, não importando ser o defunto um desordeiro ou um trabalhador. A questão ganha um viés político, pois é o ideal de igualdade entre os cidadãos, pertencentes a um Estado que deveria cuidar de seu bem-estar, que ganha relevo na discussão dessa folha republicana: “Malta era effectivamente um pobre diabo, um artista, um operario: mas não tinha, por isso, menos direito á sua vida, á sua

honra, á sua liberdade. Era um cidadão, e tanto bastava” (O PAÍS, ano I, n. 59, 28 nov. 1884, p. 1).

Durante o mês de dezembro, *O País* publica diariamente informações sobre o caso, o que acaba ganhando um viés, inclusive, folhetinesco, com toques macabros, como o da narração da exumação do corpo, assistida por várias pessoas, as quais surpreenderam-se com o fato de não estar o corpo de João Alves na cova que lhe fora destinada, o que levou a polícia a abrir outras covas e fazer a exumação de 33 corpos. Assim como a exumação, a autópsia do corpo rendeu uma surpreendente dissecação textual, incluindo debates entre médicos e estudantes da Academia de Medicina em torno da causa do óbito, uma congestão hepática.

A dúvida sobre a identidade do cadáver permanecia, muitos acreditando não ser o corpo dissecado o de Malta, e notas como essas foram surgindo na imprensa: “E não se achou o cadaver de Malta [...] Que comedia!... Porque tudo isso não passa de uma comedia. Comedia ridicula e criminosa em que desrespeitaram tantos sepulchros”; “Malta é uma victima desse regimen de sequestro que nos rege actualmente. Individuos desaparecem, como por encanto” (O PAÍS, ano I, n. 64, 3 dez. 1884, p. 1); “Diz-se que morreu e o seu cadaver não apparece! E querem que nos accomodemos com a ficção e com a comedia!” (O PAÍS, ano I, n. 66, 5 dez. 1884, p. 1). Aluísio Azevedo parece ter aproveitado a própria sugestão dessas e outras várias impressões lançadas no jornal, de que o caso tornara-se por si só uma comédia, uma ficção, em que a polícia, como diz em carta um médico, Dr. Campos da Paz, “se apoderou de Malta e de tal modo o guardou, que não sabe agora onde encontrá-lo” (O PAÍS, ano I, n. 67, 6 dez. 1884, p. 1), que o transformou em ficção de fato, ficção que dá aos acontecimentos o mesmo encaminhamento fantástico que a realidade parecia lhes conferir.

Assim, o autor traz para a ficção epistolar o jornal que, de algum modo, ali reconhece seu espelho. Aluísio Azevedo aproveita as diversas informações publicadas sobre o caso, como a descrição do homem desaparecido, sua possível profissão, dados de nascimento e óbito (as certidões foram publicadas em *O País*), para recriar ironicamente um caso *Mattos, Malta ou Matta?*. É pela carta, recurso usado por



muitos leitores que colaboraram nas discussões em torno do misterioso desaparecimento,<sup>5</sup> que a narrativa pode, dialogando com a realidade, se iniciar e não será seu caminho a publicação no jornal; é o jornal que acaba sendo publicado por esta carta ficcional, que conduzirá mais leitores ao caso Malta ou, talvez, para aqueles que acompanhavam o caso real, a ficção deu motivos para duvidar do insólito de escritos que apareciam no jornal como verdade, mas, como as cartas, poderiam não ser tão verdadeiros assim. “Anfíbia, híbrida, a carta no século XIX o é também porque ela embaraça as fronteiras do literário”, nos diz Brigitte Diaz (2016, p. 53), e assim parece ser em relação aos seus usos, não somente quando é ficção ou se assume ficção, como o faz o narrador do folhetim de Aluísio Azevedo, como também quando se apresenta como instrumento de discussão, artigo ou discurso científico.

#### **4 Cartas que são artigos ou artigos que são cartas? – Júlio Ribeiro e as *Cartas sertanejas***

Em 1885, Júlio Ribeiro publicou no jornal *Diário Mercantil*, de São Paulo, uma série de escritos intitulados *Cartas sertanejas*. Em prefácio à edição de 2007, José Leonardo do Nascimento esclarece ao leitor que “Júlio Ribeiro glosava, com o título dos artigos, um comportamento habitual dos jornais da época, que apresentavam colunas denominadas de ‘Cartas do Rio’, ‘Cartas do Interior’” (NASCIMENTO, 2007, p. XII). É Júlio Ribeiro a esclarecer que “subordinados á epigraphe – Cartas Sertanejas – enceto hoje uma serie de artigos”, os quais, enviados do sertão de Capivari, visavam, sobretudo, tratar do “maior acontecimento do principio do anno da graça de 1885 nesta legendaria provincia [...] a eleição de dous bachareis republicanos para deputados á Assembléa Geral” (RIBEIRO, 2007, p. 13, 16). Os dois deputados referidos são Manoel Ferraz de Campos Salles e Prudente José de Moraes Barros,

---

<sup>5</sup> Constantemente o jornal anunciava o recebimento de cartas: “Como é natural, temos recebido varias communações graciosas sobre o factio lamentavel de que nos temos occupado e de que continuaremos a occupar-nos.” (O PAÍS, ano I, n. 65, 4 dez. 1884, p. 1); “as cartas obsequiosas que, em não pequeno numero, temos recebido dão testemunho da commoção legitima que abalou o sentimento publico” (O PAÍS, ano I, n. 59, 28 nov. 1884, p.1).

cuja eleição representava uma vitória do partido republicano, anunciada e festejada pelos principais jornais alinhados ao partido, como *O País*, do Rio de Janeiro, e *A Província*, de São Paulo.

Enquanto os jornais festejavam o acontecimento, uma voz do sertão de Capivari inicia um movimento contrário, denunciando uma verdade escondida por trás dos discursos e festejos: a aliança que alguns republicanos fizeram com o partido conservador para alcançar a eleição dos dois deputados. Com ironia, na segunda carta que publica, Júlio Ribeiro diz que, a julgar pela imprensa, qualquer leitor estrangeiro desavisado poderia conceber “serias apprehensões a respeito da solidez do throno do sr. D. Pedro II” (RIBEIRO, 2007, p. 17), mas o sucesso do partido republicano era fruto, sobretudo, do trabalho elogioso e pouco confiável dos jornais. Como “o que diz mesmo em grande parte a imprensa brasileira não é precisamente, exactamente a expressão do real”, era preciso “fazer alguém de desmancha-prazeres” (RIBEIRO, 2007, p. 18), tarefa que o autor assume como republicano convicto dos ideais do partido, os quais tinham sido postos à margem no que Júlio Ribeiro chamou de “mercantilismo político”, troca de favores que incluiu o apoio à manutenção da escravidão quando um dos ideais do republicanismo era a liberdade de todos.

Expressando sua liberdade de opinião e seu dever cívico, o escritor, reconhecido como intelectual versado em filosofia, literatura, política, e grande conhecedor de gramática, passa a reconstituir o que julga ser a verdade dos fatos, uma vez que o “homem que sabe servir-se da penna, que póde publicar o que escreve, e que não diz a seus compatriotas o quê entende ser a verdade, deixa de cumprir um dever, comette o crime de covardia, é mau cidadão” (RIBEIRO, 2007, p. 19). Como cidadão, Júlio Ribeiro usa o jornal por meio de um recurso recorrente em suas páginas, as cartas, para contradizer o que fora noticiado e, assim, discutir não somente política, mas ciências, filosofia e literatura. Usando constantemente um tom ferino e polêmico, ele não somente repudia os acordos que levaram à eleição dos deputados, uma vitória deles e não “victoria do partido, porque é a derrota dos principios” (RIBEIRO, 2007, p. 36), como recrimina a formação falha de ambos, a falta de uma “universalidade de conhecimentos” que indicava não serem

eles “cientificamente preparados para debater as grandes questões que agitam a sociedade moderna” (RIBEIRO, 2007, p. 22).

Nas críticas tecidas pelo autor, as quais instigaram respostas publicadas em *A Província*, percebemos uma discussão cientificista que tem lastro em sua obra ficcional, como no polêmico romance *A carne*. É com as cores fortes do naturalismo que ele descreve um ideal de República que, parecendo

uma virgem casta [...] não passa da velha messalina monarchica, caiada, disfarçada em donzela, escondendo em peruca torpe a alopecia obscena, suspendendo os seios sovados em espartilho de baleia, com as gengivas gretadas de escorbuto, com os ossos carcomidos de syphilis (RIBEIRO, 2007, p. 37).

Assim, também é afinado com uma concepção cientificista, contrária à abstração, que defende como necessária à atuação política ideias que não sejam vagas de justiça e cidadania, mas pautadas em conhecimentos concretos de política, filosofia, história, geografia, física, entre muitas outras áreas do conhecimento por ele mencionadas e que estariam ausentes do currículo dos bacharéis eleitos.

Pela seriedade com que assume a composição dos artigos, o autor recebe com indignação textos anônimos a ele dirigidos sob o título de *Cartas a Júlio Ribeiro*, assinadas por Demócrito, e *Bilhete postal a Júlio Ribeiro*, assinado por Diderot. O autor das *Cartas sertanejas* passa a ocupar várias páginas com as respostas aos polemistas, cujo anonimato o faz levantar a hipótese de que, na verdade, poderia se tratar de um só correspondente, o editor e proprietário de *A Província*, Alberto Salles, nome protegido pela máscara do anonimato permitido pela “Seção Livre” do jornal, aberta à contribuição de qualquer leitor sem a necessária identificação. Enquanto Demócrito e Diderot parecem encenar o jogo epistolar pelo jornal, que parece ter sempre guardado uma dose de ficção, Júlio Ribeiro nos dá a impressão de caminhar para a rasura da carta, e do próprio jornal, como meio de expressão que abarca o anonimato, as impressões vagas, as notícias imprecisas. Assim, cartas, em sua pena, surgem como artigos que devolvem ao jornal uma versão da realidade mais condizente com os fatos, detalhados pela lupa de um observador atento.

O que já podíamos vislumbrar nas armadilhas do texto de Aluísio Azevedo, e que permite ao leitor desconfiar da escrita epistolar, percebemos com mais força nesse autor igualmente alinhado à tendência naturalista e que, em uma das obras que mais intensamente apresentou o viés cientificista do naturalismo, *A carne*, fez da carta um espaço distinto de tudo o que poderia caracterizá-la enquanto correspondência entre amantes. As missivas trocadas pelos primos Lenita e Barbosa, ambos apaixonados por ciência e estudiosos dos vários fenômenos naturais, são missivas que se distanciam do discurso amoroso para encontrar o da ciência. Não é sem certa impaciência que ela, ainda com alguns sobressaltos românticos, lê na carta que o primo lhe enviara somente descrições geológicas, detalhes de paisagens, enquanto deseja uma palavra de afeto; sobressaltos apagados quando se vê grávida e decidida a abandonar o amante para encontrar um casamento.

Tanto nessa carta ficcional, que no enredo é quase duplicada por outra, escrita por Lenita ao encerrar o relacionamento, como nas *Cartas sertanejas*, Júlio Ribeiro parece retirar as máscaras de subjetividade que guardam o rastro da intimidade, do segredo, da confissão nas correspondências, encenadas na ficção e fora dela. O preceito de objetividade teria, assim, colocado a escrita epistolar em suspeição, fazendo dela artigo, discurso crítico e científico a contribuir com a verdade. Nesse sentido, poderíamos perguntar se esses escritos deixam de ser cartas, assim como aqueles que poucos traços teriam dessa forma de comunicação íntima, textos publicados em jornais que, com o intuito de informar ou debater algum assunto, são anunciados como Cartas de leitores, Telegramas, Cartas do Rio, etc. Ou, pelo contrário, esses textos permaneceriam guardando em sua tessitura elementos característicos da epistolografia, suas máscaras, constituindo-se e permanecendo como cartas que se abrem para outras formas de escrita?

Nas palavras de Geneviève Haroche-Bouzinac, a flexibilidade e riqueza do gênero epistolar estão em seu “caráter essencialmente híbrido” que permitiu “as múltiplas variações de suas formas e seu uso para inúmeras finalidades e assuntos” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 26). Pode-se arriscar dizer que é nesse hibridismo da carta que Júlio Ribeiro fez a inscrição de seus artigos no jornal e, mesmo afirmando não se tratar

das corriqueiras cartas que figuravam nas folhas diárias da imprensa, seus textos guardam muito da força retórica que caracterizou a escrita epistolar durante muito tempo, força que a modernidade rasurou em favor da subjetividade, da inscrição do eu, o que, mesmo não sendo sinônimo de entrega sentimental, não deixou também de estar presente na escrita que vinha do sertão de Capivari. A primeira carta sertaneja é aquela em que, ao apresentar suas intenções, Júlio Ribeiro se apresenta de forma a marcar intensamente o eu que escreve, o eu das cartas mais do que de artigos:

Subordinados á epigraphe – Cartas Sertanejas – enceto hoje uma serie de artigos. O *Diário Mercantil* que os publica não é solidario commigo nas opiniões a manifestar, nos juizos a emittir. A responsabilidade legal e moral de tudo que em taes artigos apparecer será toda minha, sómente minha, exclusivamente minha. Carregado com este onus quero tambem toda a liberdade de movimento; sem ultrapassar as raias do decente e do honesto, não guardarei conveniencias, não me imporei restricções. Si assim me aprouver, irei até ao paradoxo, chegarei até ao absurdo. Com a franqueza rude que me khracteriza, hei de dizer sem rebuço o que penso das cousas e dos homens. Sei que em muitos particulares vou desagradar a muita gente; sei que se ha de desencadear contra mim muito odio pequenino... Não me importa. Desde já conto com injurias e com calumnias e desde já as desprezo. Não tenho programma, não tenho assumpto determinado. Tractarei um dia de litteratura, outro de politica, outro de sciencia, outro... daquillo a que me levar o meu estado de espirito. Não me considero escravizado a cousa alguma: roçar de leve ou exhaurir um assumpto, repizar-me, interromper-me, responder ou não responder a contestações, tudo isso fica ao grado de minha phantasia, de minha alta recreação. Escrevo para satisfazer a minha propria actividade, e não para agradar ao publico. Si achar quem pense como eu penso, muito bem: terei companhia. Si não, ficarei só. Não ha nisso mal: de ha muito habituei-me a não contar com os favores da opinião, e a procurar em mim proprio a approvação de meus actos. Agora uma declaração preliminar, quiçá desnecessária: não tenho religião e não tenho partido. Sou atheu e sou republicano intransigente. Capivary, 28 de Fevereiro de 1885. (RIBEIRO, 2007, p. 13-15).

Contando já com as respostas que receberia, as quais instaurariam uma correspondência que anuncia ser livre para levar ou não adiante, Júlio Ribeiro nos permite perceber seu desejo cívico de debater assuntos importantes de seu tempo, o que faz a partir das premissas de liberdade de comunicação que a carta confere ao sujeito. Ainda que salte aos olhos nas cartas subsequentes um discurso político e científico, que as fazem mais próximas de artigos de opinião, nelas vislumbramos o que com intensidade lemos nesta primeira carta: um eu que se anuncia livre para dizer o que o desejo, ou a fantasia, lhe sugerir; livre para o debate com a “franqueza rude” de seu caráter, escrevendo para agradar a si e não aos outros, sem esperar aprovação ou reprovação, tão livre que isenta o jornal de responsabilidades que são suas, o que praticamente desloca a carta do jornal, encenando sua autonomia enquanto inscrição da pessoalidade.

Nas palavras que vêm do sertão de Capivari, flagramos um eu que, afirmando não se importar com a opinião alheia, confessa o contrário, o que a polêmica instaurada demonstra, pois as opiniões alheias deflagraram embates acalorados; flagramos a máscara do missivista que dá ao seu correspondente a impressão de lançar ao papel o que o desejo, o ímpeto lhe dita, gestando a ilusão que a leitura de uma carta pode provocar, a ilusão de conhecer e participar do sentimento daquele que escreve. Assim, surpreendentemente, nesse autor cuja retórica cientificista pautou fortemente uma ficção, por muito tempo, posta à margem das considerações críticas, lemos a mais direta e pessoal das cartas ao leitor de seu tempo que, ainda que não gostando ou não concordando com as premissas estéticas e políticas do autor, veria o desejo autoral expresso diretamente e sem meias palavras.

Essa intensa presença de um eu que anuncia suas intenções, deixando margem para o imprevisto, pois escreve de acordo com a satisfação pessoal, sempre variável, criaria, na leitura do prefaciador José Leonardo do Nascimento (2007), um paradoxo entre a tarefa social proposta no debate, que faz dos textos artigos, e a perspectiva autocentrada do escritor. Acredito que seja tal paradoxo que faz com que esses escritos permaneçam no campo rico, flexível e híbrido da epistolografia, afinal, como afirma Geneviève Haroche-Bouzinac, “livre e codificada, íntima e pública, pressionada entre segredo e sociabilidade,

a carta, melhor que qualquer outra forma de expressão, associa o vínculo social e a subjetividade” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 30).

Desse modo, nas páginas do *Diário Mercantil*, podemos ler cartas que se propõem assumir a tarefa que o jornal deveria realizar, dizer a verdade aos leitores, mas, ao mesmo tempo, essas mesmas cartas inscrevem uma personalidade tão grande no jornal, assumindo a autonomia da escrita e liberdade de reflexão, que podemos arriscar dizer que as cartas que não parecem ser cartas no jornal, no século XIX e nos subsequentes, merecem um segundo olhar. Nelas podemos encontrar os fatos corriqueiros que não têm muita importância para outros leitores, os grandes debates de um tempo, as impressões que deram a anônimos uma inscrição pública, a ficção que potencializou os efeitos de um instrumento cotidiano de comunicação e, no caso de Júlio Ribeiro, a possibilidade de ler o homem e a obra além do cientificismo que defendeu, pois ali podemos vislumbrar seu autorretrato, o do escritor de vasto conhecimento humanístico; o do homem que se apresenta ateu, republicano sem partido, morador do sertão de Capivari; o do missivista que escreve artigos que, ao final, são cartas que podem dizer muito aos leitores deste nosso século XXI, no qual o mercantilismo político é tema de nossos jornais e de nossos espantos cotidianos.

## **5 Considerações finais**

Em sua correspondência pessoal, recolhida na obra completa sob o título *O touro negro: correspondência e epistolário*, Aluísio Azevedo menciona em vários momentos a diferentes amigos as dificuldades de dar continuidade à escrita de romances maduros, seja pelo tempo que sua atividade diplomática lhe tomava, desviando sua atenção dos assuntos literários, seja pela necessidade financeira, em períodos de afastamento do serviço público, que o compelia aos trabalhos do dia a dia nos jornais e revistas. É assim que escreve a Afonso Celso, em 25 de novembro de 1884, pedindo uma colocação “seja lá o que fôr – tudo serve; contanto que eu não tenha de fabricar *Mistério da Tijuca* e possa escrever *Casa de Pensão*” (AZEVEDO, 1954, p. 175). O que poderiam ser desabafos, comentários, trocados na intimidade de cartas entre amigos, no caso de

Aluísio, extrapola o âmbito particular para figurar nas páginas de jornais, por meio da ficção e das cartas a Giovani, por exemplo.

Assim, o que temos é uma discussão sobre o fazer literário e a estética naturalista viabilizada pelo jornal, ora aparecendo explicitamente em cartas respostas, ou em cartas que se apresentam como artigos, como no caso de Júlio Ribeiro, ora se revelando dentro da ficção, como a de Aluísio e de Lúcio de Mendonça, ficção que, encenando o jogo epistolar, acaba enviando, de fato, cartas aos leitores, cartas que anunciam uma nova literatura. Foi almejando aproximar essa escrita cotidiana do jornal, que reúne dos mais ínfimos aos mais relevantes fatos, da escrita cotidiana das cartas que igualmente guardam as miudezas do dia a dia ao lado das reflexões mais acuradas, que ensaiei pensar a carta no jornal e, em via de mão dupla, o jornal na carta. Pela leitura de cartas encenadas dentro e fora da ficção, em *O marido da adúltera*, de Lúcio de Mendonça, *Mattos, Malta ou Matta?*, de Aluísio Azevedo, e *Cartas sertanejas*, de Júlio Ribeiro, foi possível perceber que tais textos guardam muito do que seus autores desejaram e propuseram em termos de criação artística, que envolvia uma percepção política de seu tempo, o que poderia contribuir para uma nova leitura dos mesmos, distinta da que a historiografia tem feito ao restringir, por exemplo, a produção de Aluísio a obra maiores como *O cortiço* e a de Júlio Ribeiro à escrita de *A carne*.

Talvez, a mesma fragilidade que envolve a sobrevivência de uma carta, sempre ameaçada, após seu envio, pela perda, pela rasura, pelo desaparecimento, pelo esquecimento, assemelhe-se à fragilidade do jornal enquanto registro que, pelo excesso de informação, pende para o esquecimento, para a perda de muito do que seria relevante para uma posterior recepção crítica. Feito para a leitura de um dia, composto por notícias que interessam por seu frescor e atualidade, o jornal parece estar mais próximo da correspondência do que nos parece em um primeiro olhar; próximo de um diário cotidiano, como dele se utilizou a adúltera do folhetim de Lúcio de Mendonça; diário de inúmeras comunidades de leitores que ainda têm seu espaço para cartas.

Tal feição sempre móvel e perecível do jornal talvez seja a razão pela qual as obras aqui mencionadas, publicadas em jornais, não tenham sido tão revisitadas pela posteridade, não tenham sido levadas a sério,



como dizia Aluísio Azevedo em carta a seu leitor. O que é feito, escrito, na pressa do dia a dia perde seu valor e duração. Por outro lado, o que está impresso tem chances de permanecer e, considerando o interesse crescente da crítica literária em relação aos arquivos literários, acredito que ganharemos novos caminhos para refletir sobre essa produção publicada em jornais. E mais, refletir sobre a relação entre o jornal e a carta enquanto instâncias de arquivamento, afinal, como destaca Reinaldo Martiniano Marques, em recente palestra cujo título inspirou este trabalho, “A carta no arquivo e o arquivo na carta”,<sup>6</sup> a carta é uma forma de arquivar.

Não somente os jornais publicavam e faziam circular cartas, fictícias ou não, como as cartas assumiam a função jornalística ou, ainda, eram veículo para a circulação de jornais, a exemplo das cartas pessoais de Aluísio, pelas quais ele remetia a amigos jornais de outros países ou pedia os jornais do Brasil. É este (o arquivo) outro vínculo fecundo entre a correspondência e o jornal, que valeria outras explorações, as quais ficarão para outras páginas, afinal, como dizia o autor de *Memórias de um condenado* a Giovani: “Muito desejava ainda conversar contigo sobre este assunto; a insuficiência do espaço obriga-me, porém, a ficar por aqui. [...] E adeus” (AZEVEDO, 1882a, p. 1).

## Referências

AZEVEDO, A. A Giovani. *Gazetinha*, Rio de Janeiro, n. 132, 12 e 13 jun. 1882a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706850&PagFis=314&Pesq=memorias%20de%20um%20condenado>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

AZEVEDO, A. A Giovani. In: \_\_\_\_\_. *O touro negro: crônicas e epistolário*. São Paulo: Martins, 1954. p. 47-51.

---

<sup>6</sup> Palestra proferida, em 28 de junho de 2017, no ciclo “Diálogos: correspondência, pensamento e cultura”, promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação, Sesc São Paulo. Organização de Leandro Garcia Rodrigues, Marcos Antônio de Moraes e Maurício Trindade da Silva.

AZEVEDO, A. *Mattos, Malta ou Matta?* Rio de Janeiro: Ediouro, [19--]. (Coleção Prestígio). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000017.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

AZEVEDO, A. *Melhores contos de Aluísio de Azevedo*. Organização de Ubiratan Machado. São Paulo: Global, 2008.

AZEVEDO, A. *Mysterio da Tijuca*. Rio de Janeiro: Folha Nova, 1882b. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4820>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio/Academia de Letras, 2005.

DARNTON, R. A leitura rousseauista e um leitor “comum” do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 143-176.

DIAZ, B. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX*. Tradução de Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

GUIMARÃES, J. C. *Contrapontos: notas sobre correspondência no modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas epistolares*. Tradução de Ligia Fonseca Pereira. São Paulo: Edusp, 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MELLO, D. E. M. *Aluísio Azevedo: processo de composição e crítica*. 2008. 149 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MENDONÇA, L. *O marido da adúltera*. São Paulo: Editora Três, 1974. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000672.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MEYER, M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NASCIMENTO, J. L. Júlio Ribeiro: ciência, política e arte. In: RIBEIRO, Júlio. *Cartas sertanejas: procellarias*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNDAP, 2007. p. v-xxxix.

O PAÍS. Rio de Janeiro, ano I, n. 58, 27 nov.; n. 59, 28 nov.; n. 64, 3 dez.; n. 65, 4 dez.; n. 66, 5 dez.; n. 67, 6 dez. 1884. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=178691\\_01&PagFis=265&Pesq=castro%20malta](http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=178691_01&PagFis=265&Pesq=castro%20malta)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

RIBEIRO, J. *A carne*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

RIBEIRO, J. *Cartas sertanejas: procellarias*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNDAP, 2007.

SANTOS, M. D. *Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. São Paulo: Annablume, 1998.

SÜSSEKIND, F. O romance epistolar e a virada do século XIX: Lúcio de Mendonça e João do Rio. In: \_\_\_\_\_. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 229-244.

VASCONCELLOS, E. Intimidade das confidências. *Teresa – Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 8/9, p. 372-389, 2008.

ZILBERMAN, R. “Entre o privado e o público: Aluísio Azevedo e as cartas a Giovani”. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 10, n. 21, p. 16-41, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mael/v10n21/1983-6821-mael-10-21-0016.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Recebido em: 27 de fevereiro de 2018.

Aprovado em: 21 de março de 2018.

